LUIZ OTÁVIO DE OLIVEIRA AMARAL
Advogado militante e professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Brasília. Ex-diretor da Faculdade de Direito da UDF. Já lecionou na Faculdade de Direito da UnB, na Academia de Polícia (Academia da PM/DF). Ex-assessor do Ministro da Justiça, da Desburocratização/Presidência da República. Ex-Procurador de empresa pública federal. Autor de *Relações de Consumo* (4 v.); *O Cidadão e Consumidor* (em co-autoria); *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor* (co-autor); *Lutando pelo Direito*, Ed. Consulex; *Direito e Segurança Pública – Juridicidade Operacional da Polícia*, Ed. Consulex (2003).

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA BIBLIOTECA

TEORIA GERAL DO DIREITO

(De acordo com o Código Civil de 2002)

Obra crítica e atualizante, ampla e abrangente, assim é indispensável à sólida formação básica e à reciclagem profissional. Indicada para as disciplinas jurídicas: Teoria Geral do Direito Privado, Teoria Geral do Direito Civil, Direito Civil I (Parte Geral do Cód. Civil), Teoria Geral do Direito, Introdução ao Direito, Teoria Geral do Direito Público.

EDITORA FORENSE

Rio de Janeiro
2004

Decálogo
LIVRARIA E EDITORA
decalogo@mandamentos.com.br
(31) 3226 7717-3274 2559
Rua Espírito Santo, 1.025-Loja-H-BH-MG
Temos um advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o justo. (1Jo2:1)

SUMÁRIO

Abreviaturas e Siglas Usadas XI
Prefácio pelo Ministro José Carlos Moreira Alves XIII
Introdução I

Livro I – Do Direito 11
Livro II – Da Relação Jurídica 207
Parte I – Teoria dos Sujeitos da Relação Jurídica 219
Capítulo I – Das Pessoas Naturais ou Físicas 234
Capítulo II – Das Pessoas Jurídicas 276
Capítulo III – Dos Atributos dos Sujeitos 325
Parte II – Do Objeto da Relação Jurídica 369
Parte III – Da Constituição da Relação Jurídica. Da Origem e da Dinâmica Temporal e das Demais Interferências na Relação Jurídica 433

Bibliografia 681
Índice Sistemático 693

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Sumário IX
Abreviaturas e Siglas Usadas XI
Prefácio (Ministro José Carlos Moreira Alves) XIII

Introdução 1

Livro I – Do Direito 11

1. Direito, sociabilidade e universalidade do fenômeno jurídico 11
2. Noção de Direito 25
3. Definições de Direito 27
4. Direito e Moral 39
5. Direito Objetivo e Direito Subjetivo 49
5.1. O Direito Objetivo, estrutura e classificação 53
5.2. O Direito Subjetivo, estrutura e classificação 57
5.2.1. Direitos humanos 65
5.2.2. Abuso do direito 67
5.3. O dever jurídico 71
5.3.1. Espécies de dever jurídico 74
6. Direito Natural e Direito Positivo 74
6.1. Direito Natural 75
6.2. Direito Positivo 97
6.3. Superação do dilema idealismo/jusnaturalista *versus* realismo/juspositivista 120
7. Direito alternativo e uso alternativo do Direito 121
8. Direito Público e Direito Privado 122
9. Formas de expressão do Direito (fontes) 128
9.1. A Lei 133
10. As codificações 145
11. Eficácia da norma jurídica no espaço e no tempo 156
11.1. Eficácia da lei no espaço 157
11.2. Da eficácia normativa no tempo 158
11.2.1. Termo inicial da eficácia da lei 158
11.2.2. Nova publicação para corrigir erros na lei 162

11.2.3. Termo final da eficácia da lei. 163
12. Conflito de normas jurídicas no tempo 165
13. Controle das leis perante a Constituição. 180
14. Noções de Hermenêutica. 186
14.1. Hermenêutica, interpretação e integração 186
14.2. Integração 192
15. Axiologia jurídica 195
16. Sistemas jurídicos 198
16.1. A família romano-germânica. 199
16.2. A família da *Common Law*. 201
16.3. Relações entre os sistemas romano-germânico e a *Common Law*. 205
17. À guisa de síntese e passagem para a etapa seguinte 206

Livro II – Da Relação Jurídica. 207

1. Noções gerais e definição 207
1.1. Definições de relação jurídica. 212
2. Gênese e estrutura da relação jurídica. 212

Parte I – Teoria dos sujeitos da relação jurídica 219
1. Novos sujeitos para novos (e velhos) direitos. 225
2. Pessoa: como gênero e como espécie 229

Capítulo I – Das pessoas naturais ou físicas 234
1. Definição e suporte fático de pessoa natural 237
2. Personalidade jurídica – definições, início, nascituro, direitos personalíssimos, desconsideração da personalidade e fim da personalidade. 240
2.1. Definições de personalidade 244
3. O problema do nascituro e o início da personalidade civil 249
4. Fundamento da personalidade jurídica do homem 263
4.1. Início da personalidade civil do homem. 264
4.2. Direitos personalíssimos. 265
4.3. Fim da personalidade jurídica do homem 268
4.4. Comoriência 270
4.5. Ausência. 273

Capítulo II – Das pessoas jurídicas 276
1. Teorias sobre a natureza jurídica da pessoa jurídica 282
2. Pressupostos da existência regular da pessoa jurídica 287
3. Classificação das pessoas jurídicas 291
4. Pessoas jurídicas de Direito privado em espécie 293

4.1. A associação e a sociedade 293
4.1.1. Sociedade em comandita simples 296
4.1.2. Sociedade em nome coletivo (Cia.) 296
4.1.3. Sociedade de capital e indústria 296
4.1.4. Sociedade em conta de participação 296
4.1.5. Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (Ltda.) 297
4.1.6. Sociedade em comandita por ações 298
4.1.7. Sociedade Anônima (S. A.) 299
4.1.8. As sociedades comerciais ou mercantis, ou empresárias 300
4.1.9. Classificação das sociedades comerciais/empresárias 300
4.1.9.1. As sociedades comerciais quanto ao vínculo aglutinador 300
4.1.9.2. Nome comercial 301
4.1.9.2.1. Firma social ou razão social 302
4.1.9.2.2. Denominação social 302
4.1.9.2.3. Observações finais 303
4.1.10. O Direito de empresa 304
4.2. As fundações 308
5. Fim da pessoa jurídica 311
6. Grupos não personificados 312
7. Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica 314
8. Responsabilidade criminal das pessoas jurídicas 321
9. Pessoa jurídica e dano moral 323

Capítulo III – Dos atributos dos sujeitos 325
1. Da capacidade civil ou jurídica 325
1.1. capacidade de direito ou de gozo 328
1.2. Capacidade de fato ou de exercício 331
1.3. Legitimação 339
2. Outros atributos dos sujeitos de direito 341
2.1. Registros públicos 342
2.2. Definição de registro público 344
2.3. Nome das pessoas 345
2.3.1. A questão da natureza jurídica do nome civil e do comercial 350
2.4. Estado das pessoas 350
2.4.1. Características do estado civil 353
2.4.2. Atos e ações do estado civil 354
2.5. Domicílio 354
2.5.1. Classificação dos domicílios 357
2.5.2. Fontes históricas e noções gerais de domicílio 357
2.5.3. Desfazendo confusões em torno do domicílio 359

2.5.4. Domicílio da pessoa jurídica 364
3. À guisa de conclusão e passagem à nova etapa do nosso estudo 368

Parte II – Do objeto da relação jurídica 369
1. Noções gerais 369
2. Diferença entre coisa e bem 373
3. Classificação jurídica dos bens 379
3.1. Dos bens considerados em si mesmos ou quanto à sua própria individualidade 382
3.1.1. Quanto à situação 382
3.1.2. Quanto à tangibilidade 383
3.1.3. Quanto à mobilidade 383
3.1.3.1. O *imóvel* 384
3.1.3.2. Bens *móveis* 389
3.1.4. Quanto à fungibilidade/permutabilidade 390
3.1.5. Quanto à consumibilidade ou inconsumibilidade 391
3.1.6. Quanto à divisibilidade ou à indivisibilidade 392
3.1.7. Quanto à época da existência 394
3.1.8. Quanto à composição ou constituição 394
3.1.9. Quanto à comerciabilidade 400
3.1.10. Quanto aos respectivos titulares 403
3.1.10.1. Dos bens públicos e bens privados 403
3.1.10.1.1. Dos bens públicos 404
3.1.10.1.2. Dos bens privados ou particulares 412
3.1.10.1.3. Do bem de família 412
3.1.11. Quanto à função econômica 415
3.2. Dos bens reciprocidade considerados ou sob o critério relacional da subsistência 418
3.2.1. Quanto à subsistência 418
3.2.1.1. Principal 418
3.2.1.2. Acessório 418
4. Extinção dos bens 432
5. À guisa de conclusão desta Parte II do Livro II e passagem à nova etapa do estudo 432

Parte III – Da constituição da relação jurídica. Da origem e da dinâmica temporal e das demais interferências na relação jurídica 433
1. Do fato e do mundo material/empírico/fenomênico; do fato jurídico e do mundo jurídico/lógico-formal 434
2. O suporte fático 438
3. Definindo o fato jurídico 439

4. Classificação dos fatos jurídicos 440
5. Efeitos jurídicos dos fatos jurídicos 447
5.1. Aquisição dos direitos 447
5.1.1. Modalidades de aquisição do direito. 448
5.1.2. A progressão da aquisição do direito 449
5.2. Modificação do direito. 450
6. Extinção do direito 450
7. A vontade no Direito 451
7.1. Manifestação e declaração da vontade 454
7.2. Responsabilidade jurídica pelo significado/conteúdo da declaração de vontade . 457
7.3. A autonomia privada (ou da vontade) 458
7.4. Teorias sobre a vontade jurídica (evolução). 467
7.4.1. Teorias volitivas radicais/primitivas. 467
7.4.2. Teorias volitivas menos radicais/contemporâneas. 467
7.5. Dos atos jurídicos *stricto sensu* e dos negócios jurídicos 468
7.5.1. Atos jurídicos *stricto sensu* 468
7.5.2. Negócios jurídicos 469
7.5.2.1. Estrutura dos negócios jurídicos 475
7.5.2.2. Elementos essenciais (*essentialia negottii*) 480
7.5.2.2.1. Consentimento 480
7.5.2.2.2. Capacidade das partes negociantes. 481
7.5.2.2.2.1. Partes do contrato 482
7.5.2.2.3. Liceidade/licitude do objeto do negócio 482
7.5.2.2.4. Idoneidade do objeto (do negócio). 483
7.5.2.2.5. Determinabilidade do objeto 483
7.5.2.2.6. O objeto do contrato 483
7.5.2.3. Elementos naturais 483
7.5.2.4. Elementos acidentais ou modalidades (*accidentalia negottii*). 484
7.5.2.4.1. Condição 484
7.5.2.4.2. Termo 490
7.5.2.4.2.1. Prazo 492
7.5.2.4.3. Modo ou encargo. 493
7.5.2.5. Forma (dos negócios jurídicos) 495
7.5.2.5.1. Teoria da aparência no Direito 504
7.5.2.6. Prova (dos fatos/negócios jurídicos). 505
7.5.2.6.1. A prova e a questão da verdade 510
7.5.2.6.2. Problemas e perplexidades quanto às provas 511
7.5.2.6.3. Objeto, destinatário e finalidade das provas 514
7.5.2.7. Classificação dos negócios jurídicos. 516
7.5.2.7.1. Negócios receptícios e não-receptícios. 517

7.5.2.7.2. Negócios "*inter vivos*" e negócios "*mortis causa*". 517
7.5.2.7.3. Negócios onerosos e gratuitos 517
7.5.2.7.4. Negócios solenes e não-solenes 518
8. Dos contratos 524
8.1. Os contratos da pós-modernidade: o contrato digital, virtual, eletrônico . . . 533
9. Defeitos dos negócios jurídicos 537
9.1. Espécies de vício 540
9.2. Classificação dos defeitos segundo suas conseqüências 541
9.3. Os vícios em espécie. 541
9.3.1. Vícios de consentimento. 541
9.3.1.1. O erro 542
9.3.1.2. Dolo 547
9.3.1.3. Coação 554
9.3.2. Vícios sociais 562
9.3.2.1. Simulação 563
9.3.2.1.1. Reserva mental 569
9.3.2.1.2. Vontade declarada por gracejo. 570
9.3.2.2. Fraude contra credores. 572
9.3.2.3. Lesão. 579
9.3.2.4. Estado de perigo 587
10. Interpretação da vontade nos negócios jurídicos. 589
11. Representação 592
12. Ineficácia e invalidade dos negócios jurídicos. 598
12.1. Características gerais acerca da inexistência, da nulidade, da anulabilidade e da eficácia 601
12.2. Da inexistência jurídica 601
12.3. Gradação do desvalor e respectivo fator de exclusão jurídica 603
12.4. Da nulidade. 604
12.5. Da anulabilidade 606
12.6. Eficácia/ineficácia 612
12.7. Impugnabilidade 613
13. Noções gerais acerca da antijuridicidade 613
13.1. A culpa 616
13.1.1. Modalidades da culpa civil 620
13.2. O dano 621
13.3. Nexo de causalidade 623
13.4. Conseqüências do ilícito civil, do ato jurídico ilícito 624
13.5. Responsabilidade civil 624
13.6. Da exclusão do ilícito civil. 629
13.7. Teoria do abuso de direito 634
14. Prescrição, decadência e preclusão, as influências do tempo nas relações jurídicas 637

14.1. As origens da prescrição 640
14.2. A prescrição em geral na prática jurídica contemporânea 645
14.2.1. A prescrição extintiva, liberatória 647
14.2.1.1. Interrupção, suspensão e impedimento da prescrição 651
14.2.2. A prescrição aquisitiva ou usucapião. 653
14.3. Prescrição contemporânea 659
14.4. Decadência 664
14.5. Outros institutos análogos 671
14.5.1. Preclusão 671
14.5.2. Perempção 673
15. O Direito do mundo globalizado. 674
16. À guisa de conclusão derradeira da presente obra 677

Bibliografia 681